

# SERGIO PINTO MARTINS

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS  
500 UNIVERSITY AVENUE  
CHICAGO, ILLINOIS 60607-7171  
USA



## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

42ª edição

2020

saraiva 

SERGIO PINTO MARTINS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057saraiva  
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducao.com.br

<b>Direção executiva</b>	Fávia Alves Bravin
<b>Direção editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência editorial</b>	Roberto Navarro
<b>Gerência de produção e planejamento</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de projetos e serviços editoriais</b>	Fernando Penteado
<b>Consultoria acadêmica</b>	Murilo Angeli Dias dos Santos
<b>Planejamento</b>	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
<b>Novos projetos</b>	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
<b>Edição</b>	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
<b>Produção editorial</b>	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
<b>Diagramação</b>	Edson Colobone
<b>Revisão</b>	Izabel Bueno
<b>Capa</b>	Aero Comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Bartira

Martins, Sergio Pinto

Direito processual do trabalho / Sergio Pinto Martins. – 42.  
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.  
1184 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1425-7 (impresso)

1. Direito processual do trabalho 2. Direito processual do trabalho - Brasil I. Título.

20-0116

COD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual do trabalho 347.9:331(81)

Data de fechamento da edição: 25-11-2019

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606343 CAE 719630

# SUMÁRIO

Prefácio.....	33
Nota à 42ª edição.....	35
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Histórico.....</b>	<b>37</b>
1.1 <b>Fundamentos.....</b>	<b>37</b>
1.2 <b>Evolução.....</b>	<b>38</b>
1.2.1 <b>Nos demais países.....</b>	<b>38</b>
1.2.1.1 <b>França.....</b>	<b>38</b>
1.2.1.2 <b>Alemanha.....</b>	<b>42</b>
1.2.1.3 <b>Itália.....</b>	<b>43</b>
1.2.1.4 <b>México.....</b>	<b>45</b>
1.2.1.5 <b>Espanha.....</b>	<b>46</b>
1.2.1.6 <b>Grã-Bretanha.....</b>	<b>47</b>
1.2.1.7 <b>Estados Unidos.....</b>	<b>48</b>
1.2.1.8 <b>Argentina.....</b>	<b>49</b>
1.2.1.9 <b>Portugal.....</b>	<b>50</b>
1.2.2 <b>No Brasil.....</b>	<b>51</b>

**Capítulo 2**

	Conceito de Direito Processual do Trabalho .....	59
2.1	Denominação .....	59
2.2	Conceito .....	59

**Capítulo 3**

	Autonomia do Direito Processual do Trabalho .....	62
3.1	Teoria monista .....	62
3.2	Teoria dualista .....	63
3.3	Características da autonomia de uma ciência .....	64
3.4	Desenvolvimento legal .....	64
3.5	Desenvolvimento doutrinário .....	65
3.6	Desenvolvimento didático .....	65
3.7	Autonomia jurisdicional .....	65
3.8	Autonomia científica .....	66

**Capítulo 4**

	Posição Enciclopédica do Direito Processual do Trabalho....	68
--	---	----

**Capítulo 5**

	Relações do Direito Processual do Trabalho com os Demais Ramos do Direito .....	70
5.1	Direito Constitucional .....	70
5.2	Direito do Trabalho .....	70
5.3	Direito Processual .....	71
5.4	Direito Administrativo .....	71
5.5	Direito Penal .....	71
5.6	Direito Privado .....	71
5.7	Direito Tributário .....	72

**Capítulo 6**

	Fontes do Direito Processual do Trabalho .....	73
6.1	Fontes .....	73
6.2	Hierarquia .....	78

**Capítulo 7**

	Aplicação das Normas do Direito Processual do Trabalho	79
7.1	Interpretação .....	79
7.2	Integração .....	81

## ▪ Sumário

7.3 Eficácia.....	82
7.3.1 Eficácia no tempo.....	82
7.3.2 Eficácia no espaço.....	83

**Capítulo 8****Princípios do Direito Processual do Trabalho..... 84**

8.1 Introdução.....	84
8.2 Princípios gerais.....	86
8.3 Princípios de Direito Processual do Trabalho.....	89
8.3.1 Princípio da proteção.....	90
8.3.2 Outros princípios.....	91

**Capítulo 9****Solução dos Conflitos Trabalhistas..... 97**

9.1 Denominação.....	97
9.2 Classificação.....	98
9.3 Formas de solução dos conflitos trabalhistas.....	99
9.3.1 Autodefesa.....	99
9.3.2 Autocomposição.....	99
9.3.3 Heterocomposição.....	101
9.3.3.1 Mediação.....	101
9.3.3.1.1 Comissão de conciliação prévia.....	105
9.3.3.1.1.1 Introdução.....	105
9.3.3.1.1.2 Constituição.....	105
9.3.3.1.1.3 Composição.....	106
9.3.3.1.1.4 Condição da ação.....	107
9.3.3.1.1.5 Procedimentos.....	109
9.3.3.1.1.6 Eficácia liberatória.....	110
9.3.3.1.1.7 Prazo prescricional.....	111
9.3.3.1.1.8 Conclusão.....	112
9.3.3.2 Arbitragem.....	112
9.3.3.2.1 História.....	112
9.3.3.2.2 Denominação.....	114
9.3.3.2.3 Conceitos.....	114
9.3.3.2.4 Distinção.....	114
9.3.3.2.5 Natureza jurídica.....	115
9.3.3.2.6 Classificação.....	116
9.3.3.2.7 Espécies.....	117
9.3.3.2.8 Compromisso.....	117
9.3.3.2.9 Admissibilidade.....	117
9.3.3.2.10 Vantagens e desvantagens.....	121
9.3.3.2.11 Procedimentos.....	123

9.3.3.2.12	Direito comparado e internacional .....	124
9.3.3.2.13	Dificuldades .....	127
9.3.3.3	Jurisdição .....	127

## Capítulo 10

	<b>Organização da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>129</b>
10.1	Introdução .....	129
10.2	Varas do trabalho .....	131
10.2.1	Garantias do juiz .....	136
10.2.2	Formação técnica e jurídica do juiz .....	137
10.3	Tribunais Regionais do Trabalho .....	141
10.3.1	Regiões .....	142
10.3.2	Composição e funcionamento .....	143
10.4	Tribunal Superior do Trabalho .....	146
10.5	Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho .....	150
10.5.1	Secretaria .....	150
10.5.2	Oficiais de justiça .....	150
10.5.3	Distribuidor .....	151
10.5.4	Contadoria .....	151

## Capítulo 11

	<b>Competência da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>153</b>
11.1	História .....	153
11.2	Conceitos .....	155
11.3	Competência em razão das pessoas .....	157
11.3.1	Funcionários públicos .....	159
11.3.2	Entes de direito público externo .....	164
11.3.3	Servidores de cartórios extrajudiciais .....	170
11.3.4	Atleta profissional de futebol .....	171
11.4	Competência em razão da matéria .....	171
11.4.1	Relação de trabalho .....	171
11.4.2	Contratos de empreitada .....	179
11.4.3	Competência normativa .....	181
11.4.4	Contribuições previdenciárias .....	182
11.4.4.1	Histórico .....	182
11.4.4.2	Autoaplicabilidade .....	183
11.4.4.3	Execução .....	183
11.4.5	Representação sindical .....	186
11.4.6	Penalidades administrativas .....	188
11.4.7	Dano moral ou patrimonial .....	193
11.4.8	Mandado de segurança .....	196
11.4.9	<i>Habeas corpus</i> .....	197
11.4.10	<i>Habeas data</i> .....	198
11.4.11	Ações que envolvem o exercício do direito de greve .....	198

▪ **Sumário**

11.4.12	Complementação de aposentadoria.....	199
11.4.13	Outras ações.....	200
11.5	Incompetência da Justiça do Trabalho.....	202
11.6	Competência em razão do lugar.....	205
11.6.1	Local da prestação de serviços.....	206
11.6.2	Empregados viajantes.....	207
11.6.3	Empregados brasileiros laborando no estrangeiro.....	209
11.6.4	Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato.....	210
11.6.5	Prorrogação da competência em razão do lugar.....	212
11.7	Competência por distribuição.....	212
11.8	Foro de eleição.....	213
11.9	Competência em dissídios coletivos.....	214
11.10	Competência funcional.....	215
11.10.1	Juiz de direito.....	220
11.10.2	Ministério Público do Trabalho.....	221
11.10.3	Ministro Corregedor do TST.....	227
11.10.4	Corregedoria Regional.....	227
11.11	Conflitos de competência.....	228

**Capítulo 12**

	<b>Atos, Termos e Prazos Processuais.....</b>	<b>232</b>
12.1	Atos.....	232
12.2	Termo.....	234
12.3	Prazos processuais.....	235
12.3.1	Contagem do prazo.....	237
12.3.2	Exceções à regra.....	239
12.3.3	Prazo para recurso.....	244
12.3.4	Principais prazos.....	244
12.4	Comunicação dos atos processuais.....	246
12.4.1	Formas.....	249
12.4.1.1	Citação dependente de ato do juiz.....	251
12.4.1.2	Comunicação processual por carta.....	251
12.4.1.3	Nulidade da citação.....	254
12.4.2	Demais notificações.....	254

**Capítulo 13**

	<b>Nulidades.....</b>	<b>255</b>
13.1	Introdução.....	255
13.2	Conceito.....	255
13.3	Distinção.....	256
13.4	Sistemas de nulidades.....	256
13.5	Vícios.....	257
13.5.1	Inexistência.....	257
13.5.2	Nulidade absoluta.....	257

13.5.3	Nulidade relativa.....	258
13.5.4	Anulabilidade .....	258
13.5.5	Irregularidades .....	259
13.6	Princípios das nulidades.....	260
13.6.1	Princípio da legalidade.....	260
13.6.2	Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade .....	260
13.6.3	Princípio da economia processual.....	260
13.6.4	Princípio do aproveitamento da parte válida do ato.....	260
13.6.5	Princípio do interesse de agir.....	261
13.6.6	Princípio da causalidade .....	261
13.6.7	Princípio da lealdade processual.....	261
13.6.8	Princípio da repressão ao dolo processual.....	261
13.6.9	Princípio da conversão.....	262
13.6.10	Princípio da transcendência ou do prejuízo.....	262
13.6.11	Princípio da convalidação.....	262
13.7	Nulidades no processo do trabalho .....	262
13.7.1	Artigo 794 da CLT.....	263
13.7.2	Artigo 795 da CLT.....	263
13.7.3	§ 1º do artigo 795 da CLT.....	264
13.7.4	§ 2º do artigo 795 da CLT .....	264
13.7.5	Artigo 796, a, da CLT.....	265
13.7.6	Artigo 796, b, da CLT.....	265
13.7.7	Artigo 797 da CLT.....	265
13.7.8	Artigo 798 da CLT.....	266
13.8	Regras para o pronunciamento das nulidades .....	266
13.9	Preclusão .....	267
13.9.1	Diferenças .....	268
13.9.2	Classificação da preclusão.....	268
	13.9.2.1 Preclusão temporal.....	268
	13.9.2.2 Preclusão lógica.....	269
	13.9.2.3 Preclusão consumativa.....	269
13.10	Perempção.....	269
<b>Capítulo 14</b>		
	Partes, Representação, Procuradores e Terceiros.....	271
14.1	Denominação .....	271
14.2	Capacidade .....	272
14.3	Representação.....	273
14.3.1	Espécies de representação .....	273
14.4	Assistência .....	274
14.5	Autorização.....	274
14.6	Partes e representação no processo do trabalho.....	274
14.7	<i>Ius postulandi</i> .....	278
14.7.1	Denominação.....	278
14.7.2	Conceito .....	278



## ▪ Sumário

14.7.3	Distinção.....	278
14.7.4	A permanência do <i>ius postulandi</i> no processo do trabalho .....	278
14.8	Mandato tácito .....	285
14.9	Assistência judiciária .....	286
14.10	Patrocínio profissional .....	289
14.11	Litigância de má-fé.....	289
14.11.1	O CPC .....	290
14.11.2	O processo do trabalho .....	293
14.12	Sucessão processual .....	300
14.13	Substituição processual.....	301
14.13.1	Conceito .....	301
14.13.2	Distinção.....	302
14.13.3	Inciso III do art. 8º da Constituição .....	303
14.13.4	Legislação ordinária.....	306
14.13.5	Características .....	309
14.13.6	Rol dos substituídos .....	312
14.13.7	Liquidação de sentença.....	313
14.13.8	Conclusão .....	314
14.14	Litisconsórcio.....	315
14.14.1	Cumulação objetiva .....	315
14.14.2	Cumulação subjetiva .....	316
14.14.3	Classificação do litisconsórcio .....	316
14.14.3.1	Litisconsórcio facultativo .....	316
14.14.3.2	Litisconsórcio necessário .....	317
14.14.3.3	Litisconsórcio unitário .....	317
14.14.4	Consequências e procedimentos.....	318
14.15	Intervenção de terceiros .....	318
14.15.1	Assistência .....	318
14.15.2	Oposição .....	320
14.15.2.1	Cabimento .....	320
14.15.3	Denúnciação da lide .....	322
14.15.3.1	Conceito .....	322
14.15.3.2	Natureza jurídica.....	323
14.15.3.3	Cabimento no processo do trabalho.....	323
14.15.3.4	<i>Factum principis</i> .....	327
14.15.3.5	Procedimento.....	328
14.15.4	Chamamento ao processo.....	329
14.15.5	Conclusões .....	330

**Capítulo 15**

	<b>Ação Trabalhista.....</b>	<b>332</b>
15.1	Natureza jurídica da ação .....	333
15.2	Elementos da ação .....	334
15.3	Classificação das ações individuais .....	334
15.4	Classificação das ações coletivas .....	336
15.5	Condições da ação.....	337

15.6	Pressupostos da existência do processo.....	338
15.7	Pressupostos de validade do processo.....	338
15.8	Ação declaratória incidental.....	340
15.8.1	História.....	340
15.8.2	Direito comparado.....	340
15.8.3	Denominação.....	341
15.8.4	Conceito.....	341
15.8.5	Distinção.....	341
15.8.6	Natureza jurídica.....	342
15.8.7	Objeto.....	342
15.8.8	Hipóteses legais no CPC.....	342
15.8.9	Cabimento no processo civil.....	343
15.8.10	Cabimento no processo do trabalho.....	343
15.8.11	Legitimidade.....	345
15.8.12	Interesse de agir.....	345
15.8.13	Requisitos.....	346
15.8.14	Pressupostos.....	346
15.8.15	Momento.....	346
15.8.16	Suspensão do processo.....	347
15.8.17	Procedimentos.....	347
15.9	Petição inicial.....	347
15.9.1	Forma.....	347
15.9.2	Valor da causa.....	353
15.9.3	Outros requisitos.....	357
15.9.4	Documentos.....	358
15.9.5	Acumulação de ações.....	358
15.9.6	Indeferimento da petição inicial.....	360
15.9.7	Inépcia da inicial.....	364
15.9.8	Modificações à postulação inicial.....	365
15.9.9	Procedimento sumaríssimo.....	366
15.9.9.1	Introdução.....	366
15.9.9.2	Denominação.....	367
15.9.9.3	Causas envolvidas.....	368
15.9.9.4	Procedimentos.....	370
15.9.10	Procedimento das novas ações de competência da Justiça do Trabalho.....	376

## Capítulo 16

Distribuição.....	380
-------------------	-----

16.1	Distribuição por dependência.....	381
16.2	Procedimentos.....	383
16.3	Efeitos da distribuição.....	384

## Capítulo 17

Audiência.....	385
----------------	-----

17.1	Procedimento sumaríssimo.....	397
------	-------------------------------	-----

## ▪ Sumário

<b>Capítulo 18</b>		
	<b>Resposta do Réu</b> .....	<b>403</b>
18.1	<b>Exceções</b> .....	<b>404</b>
18.1.1	<b>Procedimento</b> .....	<b>405</b>
18.1.2	<b>Suspeição</b> .....	<b>406</b>
18.1.3	<b>Impedimento</b> .....	<b>408</b>
18.1.3.1	Procedimentos comuns às exceções de impedimento e suspeição.....	410
18.1.4	<b>Incompetência</b> .....	<b>411</b>
18.1.5	<b>Recurso</b> .....	<b>413</b>
18.2	<b>Contestação</b> .....	<b>413</b>
18.2.1	<b>Preliminares</b> .....	<b>416</b>
18.2.1.1	Inexistência ou nulidade de citação.....	417
18.2.1.2	Incompetência absoluta e relativa.....	418
18.2.1.3	Incorreção do valor da causa.....	418
18.2.1.4	Inépcia da petição inicial.....	418
18.2.1.5	Perempção.....	419
18.2.1.6	Litispendência.....	419
18.2.1.7	Coisa julgada.....	420
18.2.1.8	Conexão e continência.....	420
18.2.1.9	Ausência de legitimidade ou de interesse processual ...	422
18.2.1.10	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	422
18.2.1.11	Impugnação à justiça gratuita.....	423
18.2.1.12	Convenção de arbitragem.....	423
18.2.1.13	Falta de caução.....	424
18.2.1.14	Outra prestação que a lei exige como preliminar.....	424
18.2.2	<b>Preliminares de mérito</b> .....	<b>424</b>
18.2.2.1	Prescrição.....	424
18.2.2.2	Decadência.....	430
18.2.2.3	Compensação.....	431
18.2.2.4	Retenção.....	431
18.2.3	<b>Defesa de mérito</b> .....	<b>432</b>
18.3	<b>Reconvenção</b> .....	<b>434</b>
18.3.1	Pressupostos.....	436
18.3.2	Revelia.....	437
18.3.3	Requisitos e procedimentos.....	438
18.3.4	Reconvenção e compensação.....	438
18.3.5	Reconvenção e processo de alçada.....	438
18.3.6	Liticonsórcio.....	439
18.3.7	Reconvenção e consignação em pagamento.....	439
18.3.8	Reconvenção e ação de cumprimento.....	439
18.3.9	Instrução processual.....	440
18.3.10	Sentença.....	440
18.3.11	Recurso.....	440
18.3.12	Reconvenção e execução.....	441

18.4	Suspensão do processo.....	441
18.5	Conciliação.....	444
18.6	Homologação.....	447

**Capítulo 19**

	<b>Das Provas .....</b>	<b>449</b>
19.1	Princípios.....	450
19.2	Objetivo da prova .....	451
19.3	Ônus da <b>prova</b> .....	452
19.4	Meios de <b>prova</b> .....	460
19.4.1	Depoimento pessoal.....	461
19.4.1.1	Confissão .....	462
19.4.1.1.1	Conceito.....	462
19.4.1.1.2	Distinção .....	462
19.4.1.1.3	Classificação.....	462
19.4.1.1.4	Regras gerais.....	463
19.4.1.2	Procedimentos do depoimento <b>pessoal</b> .....	465
19.4.2	Documentos.....	469
19.4.2.1	Juntada.....	477
19.4.2.2	Exibição de documentos.....	479
19.4.2.3	Incidente de falsidade .....	481
19.4.2.4	Ata notarial .....	482
19.4.3	Testemunhas.....	482
19.4.3.1	Produção de prova testemunhal .....	485
19.4.3.2	Procedimento sumaríssimo .....	493
19.4.3.3	Interpretação dos depoimentos.....	494
19.4.4	Perícia.....	495
19.4.4.1	Introdução.....	495
19.4.4.2	Particularidades .....	496
19.4.4.3	Procedimentos .....	497
19.4.4.4	Procedimento sumaríssimo.....	504
19.4.5	Inspeção judicial .....	505
19.4.6	Produção antecipada de provas.....	506
19.4.7	Indícios e presunções .....	512
19.4.8	Usos e costumes.....	516
19.4.9	Prova emprestada .....	517

**Capítulo 20**

	<b>Alegações Finais.....</b>	<b>521</b>
--	------------------------------	------------

**Capítulo 21**

	<b>Sentença.....</b>	<b>525</b>
21.1	Definições.....	525

## • Sumário

21.2	Natureza jurídica .....	527
21.3	Classificação das sentenças .....	527
21.4	Efeitos da sentença .....	529
21.5	Linguagem .....	530
21.6	Vinculação .....	530
21.7	Estrutura da sentença .....	533
21.7.1	Relatório .....	535
21.7.2	Fundamentação .....	536
21.7.3	Dispositivo .....	541
21.7.4	Ordem de processos para julgamento .....	544
21.8	Procedimento sumaríssimo .....	545
21.9	Condenação alternativa .....	548
21.10	Valor da condenação .....	548
21.11	Custas .....	549
21.11.1	Justiça gratuita .....	553
21.12	Honorários de advogado .....	556
21.13	Publicação da sentença .....	560
21.14	Erros .....	561
21.15	Questões já decididas .....	562
21.16	Julgamentos <i>ultra</i> e <i>infra petita</i> .....	562
21.17	Duplo grau de jurisdição .....	563
21.18	Coisa julgada .....	565
21.18.1	Não fazem coisa julgada .....	566
21.18.2	Limites da coisa julgada .....	567
21.18.2.1	Objetivos .....	567
21.18.2.2	Subjetivos .....	567
21.18.3	Coisa julgada e declaratória <i>incidente</i> .....	568
21.18.4	Coisa julgada criminal e processo do trabalho .....	569
21.18.5	Coisa julgada no cível e processo do trabalho .....	571

## Capítulo 22

	<b>Recursos</b> .....	<b>573</b>
22.1	Conceito .....	573
22.2	Fundamentos .....	573
22.3	Duplo grau de jurisdição .....	575
22.4	Princípios dos recursos .....	576
22.4.1	Vigência imediata da lei nova .....	576
22.4.2	Unirrecorribilidade .....	577
22.4.3	Fungibilidade .....	577
22.4.4	Variabilidade .....	578
22.4.5	Legalidade .....	578
22.5	Peculiaridades do processo do trabalho .....	578
22.5.1	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	578
22.5.2	Inexigibilidade de fundamentação .....	579
22.5.3	Instância única .....	579

22.5.4	Efeito devolutivo .....	581
22.5.5	Uniformidade de prazos para recurso .....	581
22.6	Juízo de admissibilidade .....	581
22.7	Efeitos dos recursos .....	582
22.8	Regras gerais .....	583
22.9	Pressupostos dos recursos .....	584
22.9.1	Objetivos .....	585
22.9.1.1	Previsão legal .....	585
22.9.1.2	Adequação ou cabimento .....	585
22.9.1.3	Tempestividade .....	585
22.9.1.4	Preparo .....	586
22.9.1.5	Representação .....	598
22.9.2	Subjetivos .....	600
22.9.2.1	Legitimidade .....	601
22.9.2.2	Capacidade .....	602
22.9.2.3	Interesse .....	602
22.10	Recurso ordinário .....	604
22.10.1	Forma de interposição .....	605
22.10.2	Efeito .....	606
22.10.3	Devolutibilidade .....	606
22.10.4	Pressupostos .....	612
22.10.5	Processamento .....	613
22.10.6	Outras questões .....	616
22.10.7	Procedimento sumaríssimo .....	618
22.10.8	Sustentação oral nos tribunais .....	620
22.10.9	Incidente de uniformização de jurisprudência .....	622
22.10.10	Incidente de resolução de demandas repetitivas .....	623
22.11	Recurso de revista .....	626
22.11.1	Introdução .....	626
22.11.2	Admissibilidade .....	628
22.11.3	Efeito .....	631
22.11.4	Alínea a .....	632
22.11.5	Alínea b .....	636
22.11.6	Alínea c .....	638
22.11.7	Petição .....	641
22.11.8	Preparo .....	643
22.11.9	Processamento .....	643
22.11.10	Procedimento sumaríssimo .....	644
22.11.11	Recursos repetitivos .....	645
22.12	Embargos no TST .....	652
22.12.1	Denominação .....	652
22.12.2	Embargos para a Vara .....	653
22.12.3	Embargos nos tribunais regionais .....	653
22.12.4	Embargos no TST .....	654
22.12.5	Competência do Pleno do TST .....	654
22.12.6	Cabimento .....	655
22.12.6.1	Embargos infringentes .....	655

## ▪ Sumário

22.12.6.2	Embargos de divergência.....	656
22.12.6.3	Embargos de nulidade.....	660
22.12.7	Procedimentos.....	661
22.12.8	Depósito.....	661
22.12.9	Processamento.....	662
22.13	Agravo de petição.....	663
22.13.1	Histórico.....	663
22.13.2	Denominação.....	664
22.13.3	Conceito.....	664
22.13.4	Distinção.....	664
22.13.5	Cabimento.....	664
22.13.6	Depósito.....	667
22.13.7	Custas.....	668
22.13.8	Prazo.....	668
22.13.9	Condições de admissibilidade.....	668
22.13.10	Efeito.....	670
22.13.11	Objetivo.....	670
22.13.12	Processamento.....	671
22.13.13	Procedimento.....	671
22.14	Agravo de instrumento.....	672
22.14.1	História.....	672
22.14.2	Conceito.....	673
22.14.3	Distinção.....	673
22.14.4	Cabimento.....	674
22.14.5	Não cabimento.....	674
22.14.6	Prazo.....	675
22.14.7	Procedimento.....	676
22.14.8	Preparo.....	679
22.14.9	Efeito.....	681
22.14.10	Processamento.....	681
22.14.11	Agravo retido.....	685
22.15	Agravo regimental.....	686
22.16	Recurso extraordinário.....	690
22.17	Recurso adesivo.....	695
22.17.1	Introdução.....	695
22.17.2	Pressupostos de admissibilidade.....	696
22.17.3	Cabimento.....	696
22.17.4	Processamento.....	697
22.17.5	Procedimento.....	698
22.18	Correição parcial.....	698
22.18.1	Histórico.....	698
22.18.2	Denominação.....	699
22.18.3	Conceito.....	699
22.18.4	Natureza jurídica.....	700
22.18.5	Requisitos.....	700
22.18.6	Competência.....	701



22.18.7	Cabimento .....	701
22.18.8	Prazo.....	702
22.18.9	Procedimento.....	702
22.19	Embargos de declaração.....	703
22.19.1	Histórico .....	703
22.19.2	Denominação.....	704
22.19.3	Natureza jurídica.....	704
22.19.4	Cabimento no processo do trabalho.....	705
22.19.5	Cabimento .....	705
22.19.6	Hipóteses.....	707
22.19.7	Efeito modificativo.....	709
22.19.8	Depósito e custas .....	711
22.19.9	Prazo.....	712
22.19.10	Efeitos sobre os prazos recursais.....	712
22.19.11	Embargos protelatórios.....	714
22.19.12	Prequestionamento no processo do trabalho.....	717
22.19.13	Processamento .....	719

## Capítulo 23

	Procedimentos Especiais.....	721
23.1	Introdução .....	721
23.2	Inquérito para apuração de falta grave .....	721
23.2.1	Histórico .....	722
23.2.2	Aplicação.....	722
23.2.3	Características .....	725
23.2.4	Procedimentos .....	725
23.2.5	Prazo.....	725
23.2.6	Audiência.....	726
23.2.7	Efeitos da sentença.....	727
	23.2.7.1 Acolhimento da pretensão .....	727
	23.2.7.2 Rejeição da pretensão .....	727
	23.2.7.3 Conversão da reintegração em indenização .....	728
23.3	Ação rescisória.....	728
23.3.1	Conceito .....	728
23.3.2	Fundamentos.....	729
23.3.3	Natureza jurídica.....	729
23.3.4	Cabimento no processo do trabalho.....	729
23.3.5	Requisitos.....	731
23.3.6	Competência.....	732
23.3.7	Legitimidade .....	733
23.3.8	Ação rescisória e sentença homologatória.....	733
23.3.9	Hipóteses.....	734
23.3.10	Processamento .....	743
23.3.11	Petição inicial .....	743
23.3.12	Prazo.....	744



## ▪ Sumário

23.3.13	Procedimento.....	746
23.4	Mandado de segurança.....	749
23.4.1	Histórico.....	749
23.4.2	Conceito.....	751
23.4.3	Natureza jurídica.....	751
23.4.4	Cabimento no processo do trabalho.....	751
23.4.5	Objetivo.....	751
23.4.6	Direito líquido e certo.....	752
23.4.7	Abuso de poder.....	752
23.4.8	Autoridade coatora.....	752
23.4.9	Competência.....	753
23.4.10	Hipóteses de cabimento.....	754
23.4.11	Não cabimento.....	754
23.4.12	Petição inicial.....	755
23.4.13	Liminar.....	757
23.4.14	Indeferimento.....	758
23.4.15	Provas.....	759
23.4.16	Litisconsórcio.....	760
23.4.17	Prazo para ajuizamento.....	761
23.4.18	Processamento.....	761
23.4.19	Recurso.....	763
23.5	Ação de consignação em pagamento.....	764
23.5.1	Histórico.....	764
23.5.2	Conceito.....	764
23.5.3	Natureza jurídica.....	764
23.5.4	Pressupostos.....	765
23.5.5	Cabimento no processo do trabalho.....	765
23.5.6	Hipóteses.....	765
23.5.7	Consignação extrajudicial.....	767
23.5.8	Competência.....	768
23.5.9	Petição inicial.....	768
23.5.10	Contestação.....	769
23.5.11	Reconvenção.....	771
23.5.12	Sentença.....	772
23.6	Ação de exigir contas.....	773
23.7	Ação cominatória.....	775
23.8	Ações possessórias.....	776
23.8.1	Cabimento.....	776
23.8.2	Pressupostos.....	777
23.8.3	Competência.....	777
23.8.4	Procedimentos.....	778
23.8.4.1	Bens móveis.....	778
23.8.4.2	Bens imóveis.....	779
23.9	Habilitação incidente.....	780
23.10	Restauração de autos.....	781
23.11	Ação revisional.....	783
23.12	Habeas corpus.....	786

23.13	Ações relativas às prestações de fazer ou não fazer .....	789
23.13.1	Histórico .....	789
23.13.2	Denominação .....	790
23.13.3	Conceito .....	790
23.13.4	Distinção .....	791
23.13.5	Natureza jurídica .....	792
23.13.6	Classificação .....	793
23.13.7	Aplicabilidade .....	793
23.13.8	Cabimento no processo do trabalho .....	793
23.13.9	Necessidade de provocação .....	796
23.13.10	Petição inicial .....	796
23.13.11	Concessão .....	796
23.13.12	Liminar .....	798
23.13.13	Motivação .....	799
23.13.14	Justificação prévia .....	800
23.13.15	Reconvenção .....	800
23.13.16	Modificação ou revogação .....	800
23.13.17	Perdas e danos .....	801
23.13.18	Multa .....	801
23.13.19	Poder público .....	804
23.13.20	Medidas de apoio .....	805
23.13.21	Sentença .....	806
23.13.22	Recurso .....	806
23.13.23	Execução .....	807
23.14	Prestação de entrega de coisa .....	808
23.15	Ação monitória .....	808
23.15.1	Histórico .....	808
23.15.2	Direito comparado .....	809
23.15.3	Etimologia .....	809
23.15.4	Natureza jurídica da ação monitória .....	809
23.15.5	Finalidade .....	810
23.15.6	Classificação .....	810
23.15.7	Cabimento no processo do trabalho .....	810
23.15.8	Exemplos no processo do trabalho .....	811
23.15.9	Cabimento .....	812
23.15.10	Fazenda Pública .....	812
23.15.11	Prova escrita .....	813
23.15.12	Competência .....	814
23.15.13	Procedimentos .....	814
23.15.14	Embargos monitórios .....	816
23.15.15	Sentença .....	817
23.15.16	Embargos à execução .....	818
23.15.17	Conclusão .....	819
23.16	Ação civil pública e ação civil coletiva .....	819
23.17	Anulação de cláusulas convencionais .....	826
23.17.1	Competência .....	826
23.17.2	Legitimidade .....	828

## ▪ Sumário

23.17.3	Cláusulas.....	828
23.18	<i>Habeas data</i> .....	830
23.19	Mandado de injunção.....	831
23.20	Execução fiscal trabalhista.....	831
23.21	Reclamação.....	834

**Capítulo 24****Tutela Provisória..... 837**

24.1	Introdução.....	837
24.2	Conceitos.....	837
24.3	Classificação.....	838
24.4	Distinção.....	838
24.5	Tutela de urgência.....	840
24.5.1	Histórico.....	840
24.5.2	Conceito.....	841
24.5.3	Natureza jurídica.....	841
24.5.4	Necessidade de provocação.....	843
24.5.5	Concessão.....	844
24.5.6	Requisitos.....	844
24.5.7	Competência.....	849
24.5.8	Cabimento.....	850
24.5.9	Momento.....	852
24.5.10	Motivação.....	854
24.5.11	Recurso.....	858
24.5.12	Execução.....	859
24.6	Tutela específica e ação rescisória.....	860
24.7	Tutela cautelar.....	861
24.7.1	Introdução.....	861
24.7.2	Histórico.....	862
24.7.3	Conceito.....	863
24.7.4	Distinção.....	863
24.7.5	Natureza jurídica.....	864
24.7.6	Classificação.....	865
24.7.7	Cautelar satisfativa.....	866
24.7.8	Autonomia.....	869
24.7.9	Condições da ação.....	869
24.7.10	Pressupostos da tutela cautelar.....	870
	24.7.10.1 <i>Fumus boni iuris</i> .....	870
	24.7.10.2 <i>Periculum in mora</i> .....	870
24.7.11	Poder geral de cautela.....	871
	24.7.11.1 Limites do poder geral de cautela.....	872
24.7.12	Tutelas cautelares inominadas ou inespecíficas.....	873
24.7.13	Competência.....	874
	24.7.13.1 Competência em caso de recurso.....	874
24.7.14	Peculiaridades da tutela cautelar.....	876

24.7.14.1	Preventividade .....	876
24.7.14.2	Provisoriedade .....	876
24.7.14.3	Acessoriedade .....	877
24.7.14.4	Instrumentalidade .....	877
24.7.14.5	Sumariedade .....	878
24.7.14.6	Fungibilidade .....	878
24.7.15	Liminar .....	879
24.7.16	Revogabilidade .....	881
24.7.17	Transferência de empregados .....	882
24.8	Procedimento .....	883
24.8.1	Petição inicial .....	883
24.8.2	Exceção .....	886
24.8.3	Contestação .....	887
24.9	Eficácia da tutela cautelar e sua cessação .....	889
24.9.1	Eficácia da medida cautelar .....	889
24.9.2	Cessação da eficácia da medida cautelar .....	891
24.10	Sentença .....	892
24.11	Coisa julgada .....	893
24.12	Recurso .....	894
24.13	Execução da medida cautelar .....	896
24.14	Responsabilidade do requerente .....	897
24.15	Tutelas cautelares específicas .....	898
24.15.1	Arresto .....	898
24.15.2	Sequestro .....	909
24.15.3	Atentado .....	915
24.15.4	Caução .....	924
24.15.5	Busca e apreensão .....	927
24.15.6	Tutela cautelar nos tribunais .....	929
24.15.7	Mandado de segurança contra indeferimento liminar de cautelar ...	932
24.16	Tutela da evidência .....	932

## Capítulo 25

	Jurisdição Voluntária .....	938
25.1	Regras gerais .....	938
25.2	Notificações e interpelações .....	939
25.3	Alienação judicial .....	942
25.4	Processo para homologação de acordo extrajudicial .....	943

## Capítulo 26

	Dissídios Coletivos .....	945
26.1	Introdução .....	945
26.2	Conceito .....	946
26.3	Distinção .....	946
26.4	Características .....	947
26.5	Classificação .....	947

## ▪ Sumário

26.6	Competência.....	948
26.7	Limites do poder normativo .....	949
26.8	Eficácia normativa da sentença nos dissídios coletivos .....	953
26.9	Natureza jurídica da sentença normativa.....	953
26.10	Negociação ou arbitragem.....	954
26.11	Condição da ação .....	955
26.12	Quorum da assembleia sindical.....	956
26.13	Prazo para instauração.....	957
26.14	Instauração de ofício.....	957
26.15	Legitimidade ativa .....	960
26.16	Partes .....	967
26.17	Procedimentos .....	967
26.18	Contestação.....	971
26.19	Reconvenção.....	971
26.20	Instrução.....	972
26.21	Sentença .....	974
26.22	Efeitos da sentença.....	978
26.23	Início da vigência.....	978
26.24	Prazo de vigência .....	978
26.25	Efeito suspensivo do recurso ordinário .....	979
26.26	Extensão da sentença normativa.....	980
26.27	Revisão.....	982
26.27.1	Iniciativa.....	983
26.27.2	Competência.....	984
26.27.3	Procedimento.....	984
26.27.4	Vigência .....	984
26.28	Dissídio coletivo de interpretação ou de natureza jurídica.....	984
26.29	Dissídio coletivo de funcionário público.....	985
26.30	Ação de cumprimento .....	987
26.30.1	Natureza jurídica.....	988
26.30.2	Competência.....	988
26.30.3	Exigências legais .....	989
26.30.4	Matéria da ação de cumprimento .....	989
26.30.5	Trânsito em julgado.....	989
26.30.6	Legitimação ativa e passiva.....	990
26.30.7	Audiência.....	990
26.30.8	Defesa.....	991
26.30.9	Instrução .....	992

## Capítulo 27

Liquidação de Sentença.....	993
-----------------------------	-----

27.1	Introdução .....	993
27.2	Denominação .....	993
27.3	Natureza jurídica .....	994
27.4	Classificação .....	994
27.5	Carta de sentença .....	994

27.6	Condenação alternativa .....	995
27.7	Regras gerais .....	995
27.8	Legitimação .....	997
27.9	Formas .....	997
27.9.1	Arbitramento .....	998
27.9.2	Artigos .....	998
27.9.3	Cálculos .....	1000
27.9.4	Sentença de liquidação .....	1006
<b>Capítulo 28</b>		
	<b>Execução .....</b>	<b>1008</b>
28.1	Introdução .....	1008
28.2	Lei de Execução Fiscal .....	1013
28.3	Atos atentatórios à dignidade da justiça .....	1014
28.4	Formas de execução .....	1016
28.5	Execução provisória .....	1016
28.5.1	Execução provisória de obrigação de fazer .....	1019
28.6	Legitimidade ativa .....	1020
28.7	Legitimidade passiva .....	1024
28.7.1	Desconsideração da personalidade jurídica .....	1030
28.8	Objeto .....	1039
28.9	Desistência da execução .....	1039
28.10	Execução contra devedor insolvente .....	1040
28.11	Execução para entrega de coisa .....	1041
28.12	Execução de obrigação de fazer e não fazer .....	1041
28.13	Execução por prestações sucessivas .....	1043
28.14	Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	1044
28.14.1	Citação .....	1044
28.14.2	Depósito da condenação e nomeação de bens .....	1051
28.14.3	<b>Penhora</b> .....	1054
28.14.3.1	Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	1060
28.14.3.2	Penhora em direito de crédito .....	1065
28.14.3.3	Penhora de estabelecimento .....	1067
28.14.3.4	Segunda penhora .....	1067
28.14.3.5	Pré-executividade .....	1068
28.14.3.6	Outras disposições .....	1069
28.15	Execução contra a Fazenda Pública .....	1070
28.16	Execução contra a massa falida .....	1081
28.17	Execução da contribuição previdenciária .....	1087
28.18	Concurso de credores .....	1092
28.19	Embargos à execução .....	1093
28.19.1	Matéria alegável .....	1093
28.19.1.1	Prescrição intercorrente .....	1095
28.19.2	Procedimentos .....	1096
28.20	Impugnação à sentença .....	1101
28.21	Embargos de terceiro .....	1102

## ▪ Sumário

28.22	Alienação de bens .....	1106
28.22.1	Praça e leilão .....	1106
28.22.2	Arrematação .....	1110
28.22.2.1	<b>Etimologia</b> .....	1110
28.22.2.2	Conceito .....	1110
28.22.2.3	<b>Distinção</b> .....	1110
28.22.2.4	Natureza jurídica .....	1110
28.22.2.5	Procedimentos no processo do <b>trabalho</b> .....	1112
28.22.2.6	<b>Competência</b> .....	1116
28.22.3	Adjudicação .....	1116
28.22.4	Remição .....	1117
28.22.5	Embargos à arrematação e à <b>adjudicação</b> .....	1118
28.23	Suspensão e extinção da execução .....	1119
28.24	Custas na <b>execução</b> .....	1121
28.25	Emolumentos .....	1123
	.....	1127
	Índice Remissivo .....	1135
	Anexo: Medida Provisória n. 905/2019 .....	1141